

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS VICISSITUDES DO LIBERALISMO: CAMINHOS DO ESCRAVISMO
(1868-1888)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Bacharelado em História

São Paulo
2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAIO ODDONE CARONE

AS VICISSITUDES DO LIBERALISMO: CAMINHOS DO ESCRAVISMO
(1868-1888)

Trabalho de conclusão de curso, modalidade artigo, submetido ao curso de História, da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Alberto Luiz Schneider

São Paulo
2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Ricardo e Claudia, meu irmão Ricardo, que me permitiram estar aqui, e são meus grandes exemplos.

À todos os amigos e amigas, que, obviamente, não será possível de citar. Alguns desses, contudo, não posso deixar de lembrar. Isadora e Sidney, meus grandes amigos da graduação. May, Lucca, Julio, Luquinhas, Pedro e Canevari, meus grandes amigos da vida. Obrigado pelo apoio e parceria.

Aos professores e professoras que passaram pela minha vida e cuja contribuição foi primordial para minha formação enquanto sujeito.

À Isa, meu amor e minha companheira, que esteve e está comigo percorrendo todos os caminhos da vida. Obrigado por tudo.

Aos meus camaradas, aqueles que lutam incansavelmente todos os dias, por toda uma vida, e como propõe Bertolt Brecht “esses são os imprescindíveis”.

Por último, ao meu orientador Prof. Alberto Schneider, pelo apoio, parceria e todo aprendizado ao longo desses anos.

**AS VICISSITUDES DO LIBERALISMO: CAMINHOS DO ESCRAVISMO
(1868-1888)**

CAIO ODDONE CARONE¹

RESUMO

O presente artigo busca trabalhar aspectos da formação e do avanço do liberalismo no Império, destacando as ambiguidades apresentadas em seu desenvolvimento no Brasil. Para tanto, busca-se dividir o escrito em três grandes pontos de tensionamento nas disputas políticas da época: a ideologia, a institucionalidade e o trabalho. Evidenciando a coexistência de elementos arcaicos e modernos, pretende-se analisar a especificidade do que chamamos de liberalismo “à brasileira” tendo como contraponto os rumos do escravismo. Portanto, pretende-se apontar aqui, aspectos que viabilizem observar o processo de transição das relações senhoriais para as capitalistas. A primeira parte trata do vínculo existente entre liberalismo e escravismo; a segunda sobre as disputas institucionais pela hegemonia no interior das classes dominantes e, por último, as experiências compartilhadas por trabalhadores livres e escravizados.

Palavras-chave: Liberalismo; Escravismo; Abolicionismo; Capitalismo; Luta de classes;

¹ Graduando em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
caiocarone@hotmail.com. RA: 00194397.

THE VICISSITUDES OF LIBERALISM: PATHS OF SLAVERY (1868-1888)

CAIO ODDONE CARONE

ABSTRACT

This article intends to work on aspects of the formation and advancement of liberalism in the Brazilian Empire, highlighting the ambiguities presented in its development. Therefore, we propose to divide the writing into three major points of tension in the political disputes of that time: ideology, institutionality and work. Evidencing the coexistence of archaic and modern elements, we intend to analyze the specificity of what we call “Brazilian-style” liberalism with the counterpoint of the directions of slavery. Therefore, we intend to point out here, aspects that make it possible to observe the process of transition from masterly to capitalist relations. The first part deals with the link between liberalism and slavery; the second on institutional disputes for hegemony within the ruling classes and, finally, the experiences shared by free and enslaved workers.

Keywords: Liberalism; Slavery; Abolitionism; Capitalism; Class struggle;

Considerações Iniciais

Na historiografia e na sociologia brasileiras, existe uma gama variada de compreensões acerca da real forma de transição dos sistemas de tipo colonial para o de tipo capitalista. Quanto aos avanços do trabalho livre, é verdade que não são feitos de poucas determinações, tampouco é feita a própria abolição. As polêmicas em torno da transição das relações senhoriais para as propriamente capitalistas e liberais é extensa e não há, de forma alguma, a pretensão de esgotá-las aqui. Pelo contrário, este trabalho se propõe a apontar aspectos gerais da formação e do avanço do liberalismo no Império, bem como problemáticas e contradições que possibilitem notabilizar essa questão, principalmente durante o período recortado, entendendo ainda que o processo de superação do sistema escravista se dá na longa duração e, como consequência, não pôde ser abordado no seu todo.

A proposta aqui é justamente o que expressa o título: apontar as ambiguidades desse liberalismo “à brasileira” amarrando com os rumos do desgaste escravista. Portanto, o esforço é trazer elementos de reconhecimento desse processo de mutação, em especial de seu desfecho, partindo de três horizontes da disputa política, sendo eles, respectivamente: a ideologia, a institucionalidade e o trabalho. Cabe dizer que a pesquisa parte de uma abordagem mais estrutural, como resultado de um “refluxo” da análise do conteúdo bibliográfico utilizado na construção deste artigo. Como não há análise direta de fontes, a abordagem estrutural surge como opção metodológica na construção da argumentação. O mesmo se dá no que diz respeito ao recorte temporal, no qual optou-se por balizar a análise a partir de datas importantes para a argumentação e o desenrolar do nosso problema.

Dito isso, a primeira parte do escrito se propõe a demonstrar a relação existente entre o liberalismo e o escravismo, de modo a evidenciar a originalidade da proposta brasileira que mescla elementos arcaicos das relações senhoriais com formas liberais e capitalistas modernizadoras. Essa compatibilidade entre escravismo e liberalismo no caso brasileiro busca, de alguma forma, direcionar um processo de transição contido, sem grandes rupturas e dirigido pelas classes dominantes - ainda que haja uma disputa interna pela hegemonia. Visto isso, para a melhor compreensão das disputas políticas no seio das classes dominantes, fez-se necessário compreender as diferenciações existentes no projeto de libertação dos sujeitos escravizados, já que essa questão, em última instância, diz respeito à consolidação de um novo sistema político-econômico.

Dessa forma, surge a necessidade de observar o processo que se convencionou chamar de “filtragem ideológica” na formação desse liberalismo *sui generis*

que busca, entre todas as contradições, atingir um estágio de autonomia total do cidadão-proprietário, em detrimento da sujeição total do trabalho. Essa condição permite a formação de uma grande ideologia burguesa que passa a conciliar circunstancialmente - leia-se: oportunisticamente - formas antigas de exploração da força de trabalho com formas modernas de acumulação, a partir de um amplo precedente moral-ideológico. Assim, por questões metodológicas optou-se por trabalhar este aspecto e elucidar tais elementos a partir das disputas em torno do ventre livre.

A segunda parte se propõe a trabalhar as disputas pela hegemonia na arena da política institucional. Para tanto, parece proveitoso utilizar, como referência analítica, a crise política iniciada em 1868 pois, como se verá, ela pode ser considerada, em conjunto com a posterior Lei do Ventre Livre, um divisor de águas na vida política do Império. Suas consequências imediatas são as mais diversas, embora se possa destacar aqui a fragilização do poder central e a transformação do “fazer-se” político para todas as forças em disputa. Demonstrar a ruptura entre os conservadores e as cisões na classe senhorial é parte do esforço de reconhecer o avanço dos liberais e, novamente, das relações capitalistas que vêm avançando gradualmente. Analisar a forma como se deu a degradação política das relações senhoriais nos permite observar a forma como a própria classe senhorial atuou para garantir a manutenção de estruturas e privilégios - ainda que sob outra forma de dominação.

Por fim, a última parte do texto se debruça sobre a análise de alguns elementos da experiência comum entre trabalhadores livres, libertos e escravizados como forma de examinar um dos elementos mais importantes da transição para as relações propriamente capitalistas - o trabalho livre. Ao longo deste e escrito, a palavra que melhor pode sintetizar o sentido deste trabalho é “coexistência” e, nesse sentido, perceber a concomitância de elementos arcaicos e modernos é uma importante chave interpretativa para o desenrolar deste trabalho. Por isso, o trecho final busca colocar em evidência que o intercâmbio entre os trabalhadores de todas as condições viabilizou a formação de interesses comuns e o entrecruzamento não só de expectativas, mas também de pelepas bastante objetivas. Fato é que o avanço do trabalho livre em paralelo à permanência da mão de obra escravizada possibilitou um lugar comum: solidariedade e dependência, exploração e resistência são características marcantes das relações sociais na Corte Imperial. A luta dos trabalhadores livres por melhores condições colocava a abolição da escravidão como prioridade.

1 Liberalismo e escravidão: A sustentação do escravismo

A atuação política dos abolicionistas nas décadas precedentes à Lei do Ventre Livre e, evidentemente, à própria abolição estava posta justamente na averiguação e no reconhecimento do sistema escravista enquanto mecanismo de subjugação do negro escravizado. Ora, ninguém poderia, sem transgressão ou delito, espoliar livremente seu semelhante. Para tanto, era fundamental demarcar as diferenças entre os negros escravizados e os brancos livres. Dessa forma, à violência senhorial era insuficiente garantir somente o respeito dos subjugados, e se fazia necessário certificar que eles fossem, de fato, desumanizados. De todos os lados da história da escravidão no Brasil, é possível observar os esforços para liquidar, destruir e substituir as tradições, a cultura e a língua dos escravizados. Assim, tornava-se indispensável à ordem escravista embrutecê-los, objetificá-los, ainda que fossem reconhecidos como um tipo de mercadoria *sui generis*.

Os senhores e os negociantes de escravos nunca partilharam da ilusão de que comprar e vender pessoas, mesmo que submetidas forçosamente às suas vontades, seria meramente uma questão comercial; havia importantes componentes morais e políticos intrínsecos em cada transação.² Do mesmo modo, seria ingênuo reconhecer no escravizado um ser inábil, incapacitado de ação autônoma. A escravidão moderna entrecruzava formas antigas de brutalidade com formas modernas de geração de valor.

A experiência de muitos anos de cativo possibilitou aos escravizados uma compreensão própria da sua condição que, para além do que foi dito, fez com que articulassem suas movimentações partindo de premissas próprias elaboradas por anos de trabalho, convívio, embates e negociações com seus senhores.³ Isso implica que “eles aprenderam a fazer valer certos direitos que, mesmo se compreendidos de maneira flexível, eram conquistas suas que precisavam ser respeitadas para que seu cativo tivesse

² Chalhoub busca em sua obra *Visões da Liberdade* uma mediação nas caracterizações do sujeito escravizado, evitando formulações romantizadas que o tratem como um mero receptor dos valores senhoriais ou, de outro lado, rebeldes indomáveis. Busca firmar o senso de injustiça desses sujeitos a partir de suas próprias experiências. (CHALHOUB, 2011, p. 82)

³ “Não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência”, a velha máxima de Marx compreendia que ao produzir seus próprios meios de vida o ser humano produz, indiretamente, a sua própria vida material, ao passo que o modo pelo qual ele produz depende, de antemão, daquilo que foi previamente estabelecido, encontrado e que ele tem de reproduzir. Portanto, o ‘ser’ dos escravizados depende diretamente das condições materiais em que eles produzem, afinal, não há escravizado sem o modo de produção escravista. Por consequência, a produção de ideias, de representações e da própria consciência está atrelada, em geral, com a sua atividade material. Aqui considera-se então ‘o ser’ do escravizado como seu processo de vida real. Isso implica, finalmente, que os escravizados tenham uma compreensão particular da sua condição e da sua libertação. Ver mais em (MARX; ENGELS, 2007, p. 87-95). Sobre a compreensão de liberdade dos escravizados ver (CHALHOUB, 2011)

continuidade”.⁴ Mais adiante, essas questões serão abordadas com maior profundidade, pois, neste momento, o foco é reconhecer que se fazia necessário à pauta abolicionista rejeitar a imagem do escravizado como diferente, bem como trazer ao plano político a desigualdade da escravidão. Em outras palavras, era preciso renegar a imagem do escravizado enquanto sujeito diferente e evidenciar a desigualdade do sistema escravista.

Como propõe José D’Assunção Barros (2008), tratava-se de

recolocar a questão nestes termos [...] que o que deve ser suprimido não é um pólo – o escravo – mas sim a própria dicotomia polarizada entre ‘senhores’ e ‘escravos’: um eixo de desigualdades inteiro, portanto. [...] Mas para suprimir a ‘desigualdade escrava’ seria preciso eliminar um eixo inteiro: quando se suprime o senhor, suprime-se o escravo, e vice-versa. No eixo das desigualdades, a supressão de um pólo implica imediatamente na desintegração do outro – este é o nó da questão. (BARROS, 2008, p. 2003)

Efetivamente, admitir isso é uma hipótese válida para trabalhar e compreender alguns dos imbrólios envolvendo o ventre, afinal, o trabalho escravo se constituía, antes de qualquer coisa, na condição fundamental para a existência social do branco livre e proprietário.

Não se pode negar que o avanço das posições emancipacionistas, de qualquer propósito – e, posteriormente, abolicionistas – se expressaram a partir da cristalização dos antagonismos de classe e passaram a reverberar numa disputa com amplo precedente moral e político. Por consequência, a superação da posição senhorial deveria significar uma superação, ainda que gradual, de nível ideológico. No plano político é possível observar, ainda nas duas décadas precedentes, a manutenção do discurso e da compreensão senhorial das relações do modelo escravista. As ideias da classe dominante se impunham num cenário que já aparentava estar em processo de convulsão social, no qual a instituição escravista e o poder imperial passariam a estar sob nítida contestação. Se, logo no início da década de 50, havia-se aprovado a Lei Eusébio de Queiroz e também a dita Lei de Terras, que, respectivamente, findava o tráfico de escravos e regulamentava a propriedade privada da terra no Brasil, já na década de 60, os conflitos marcavam o período, e os tensionamentos cresceram exponencialmente tendo seu apogeu na “Questão Christie” e na Guerra do Paraguai.⁵ Esse cenário de hostilidades antepõe a posição senhorial e o poder local em contraposição ao poder central. A aprovação da Lei de Terras, encaminhada junto ao código

⁴ É necessário reconhecer que os “direitos” adquiridos pelos escravos e, portanto, as “concessões” feitas pelos senhores é também uma expressão das lutas de classe. Ao passo que avançava a causa da liberdade, em maior ou menor medida, se faziam necessárias novas práticas para garantir a permanência da escravidão. Isso implica que ainda que hajam concessões da parte senhorial, proporcionalmente há também uma ampliação das relações de dependência. Ver mais em CHALHOUB (2011, p. 70-132); SLENES (1997, p. 249-282).

⁵ Ver em BETHELL (2018, p. 131-177)

comercial, e o fim do tráfico internacional de escravos possibilitaram a ampliação da constituição das relações capitalistas modernas, transformando a terra e a força de trabalho em mercadorias.⁶

Essa ficção [*discursiva dos autos processuais*] permite pelo menos a organização formal dos atos dos senhores [*ainda que não demonstrem a posição real dos escravizados*]: procurações, escrituras, inventários, ações cíveis diversas se tecem a partir da noção de que a propriedade em escravos está totalmente circunscrita no pacto social fundamental dos cidadãos-proprietários dessa sociedade – isto é, a defesa da propriedade privada –, pacto este expressamente firmado no sacrossanto artigo 179 da Constituição do Império. (CHALHOUB, 2011, p. 91 - *grifo meu*)

Ainda que se compreenda a superação da escravidão como um problema de longa duração, com rupturas e continuidades, é possível perceber a evolução da deterioração da instituição escravista, ainda mais evidente a partir da década de 60. Como visto antes, os diversos episódios que convulsionavam a conjuntura nacional à época colocavam em xeque a legitimidade da escravidão diante da opinião pública. Se os senhores não mais poderiam – ao menos com eficácia – se posicionar pela manutenção do atual estado das coisas, claramente definiram enquanto prioridade uma política para atenuar os efeitos possíveis da lei na forma, digamos, de um recuo tático. Mesmo antes da aprovação do projeto de lei para libertação do ventre, os senhores passaram a defender maneiras de procrastinar a efetividade da emancipação, implicando não só a protelação da escravidão, mas também uma grande ideologia senhorial. Angela Alonso classifica essa posição senhorial como “escravismo de circunstância”. Em termos gerais, o escravismo de circunstância é caracterizado pela defesa – não explicitamente – intransigente da escravidão; uma espécie de reação oportunista, dado que a manutenção da instituição seria “circunstancial”, ou seja, determinava-se por mantê-la em razão das circunstâncias econômicas, em razão da moral e dos bons costumes alheios aos escravizados, o que colocaria em risco a ordem social e política.⁷

Manifestam-se daí, expressões conflitantes das ideias liberais, abordadas a seguir. Não à toa, os escravistas traziam exemplos, como a Revolução Haitiana, para justificar as suas posições e seus receios. Embora a argumentação mais comum recorresse às consequências econômicas, com certeza, a insegurança e o medo do “jacobinismo negro”⁸ aterrorizava a classe senhorial; e esse pavor tornava-se uma conjectura senhorial. É bem verdade, como propõe Alfredo Bosi, que houve, de fato, um uso bastante eficaz das instituições

⁶ Ver em PAULA (2018, p. 179-223)

⁷ Ver em ALONSO (2015, p. 51-84)

⁸ As páginas da obra de C.L.R. James são capazes de proporcionar uma perspectiva genuína dos possíveis pesadelos senhoriais. Para saber mais, ver JAMES (2000, p. 91-119)

parlamentares por parte dos senhores. Se Bosi propõe que, durante a primeira metade do século XIX a Câmara serviu de instrumento de controle do país pela classe dominante⁹, neste trabalho, propõe-se que a mesma instituição permaneceu no restante do século sendo instrumento de dominação social. Os senhores exerceram seu domínio a partir dos mecanismos do Estado Imperial - até quando lhes fora útil.

Em vista destas breves considerações, parece proveitoso, inicialmente, trazer alguns elementos para a discussão sobre as dissemelhanças entre as posições emancipacionistas e abolicionistas. Identificar as diferentes posições e projetos de libertação dos sujeitos escravizados auxiliam na compreensão das disputas políticas da época e dos rumos tomados pelos movimentos políticos, independentemente de suas particularidades. As posições de caráter unicamente emancipacionista, embora intercedendo pelo fim da escravidão, buscavam alcançar seu objetivo por meio de propostas de longo a médio prazo, ou seja, graduais e até paliativas. Em contrapartida, as posições de caráter abolicionista previam propostas de supressão imediata da escravidão. Ocorre, no entanto, que as dividir entre emancipacionistas e abolicionistas explica muito pouco sobre as disputas políticas decorrentes do processo de libertação. Assim, é necessário sinalizar que ambas as posições também podem ser divididas entre ‘moderadas’ e ‘radicais’, pois é possível identificar posturas e propostas de cunho conservador, nas quais se sustentavam medidas de indenização aos senhores e outras de cunho vanguardista, sem concessões aos senhores e, em alguns poucos casos, com propostas de integração do escravizado.¹⁰

Se essa distinção pouco revela de seu todo, ela pode ser interessante para o leitor apreender as relações entre os liberalismos e a escravidão. Equivoca-se quem pensa que o liberalismo e o escravismo se expressaram como polos antagônicos; ao contrário, o liberalismo “à brasileira” do período imperial se consolida com sólidas bases escravistas. Dito isso, o que se pode verificar é que o liberalismo compatível a ideologia burguesa do trabalho livre nunca existiu no Império enquanto forma hegemônica. Aqui, inclusive, parece estar um ponto de inflexão nas considerações sobre as disputas políticas do fim do século XIX. A conformação do comércio livre, ainda no início do século, não configura uma alteração na composição da força de trabalho, que permaneceu escravizada até os fins do século. A luta da classe senhorial agroexportadora garantiu para si própria os direitos de produzir, comerciar e participar mais ativamente da vida política, à medida que cortou os privilégios comerciais da Metrópole.

⁹ Ver em BOSI (1992, p. 202)

¹⁰ Ver em BARROS (2008)

Sem grandes regressões, é necessário observar com atenção que se mantiveram, simultaneamente, as relações de trabalho e as de mercado. Liberalismo e escravismo, juntos. Nesta comunhão, fundamentalmente, é preciso reconhecer as contradições e as mediações em jogo que minavam, gradualmente, os poderes e as funções do Estado Imperial. A versão local do liberalismo não contou com o grande pano de fundo cultural do liberalismo clássico europeu, que era a questão da cidadania, do direito do homem e do cidadão. Na verdade, o que se coloca neste cenário é que as oligarquias locais trabalhavam para diminuir o poder do monarca, ao passo que aumentavam o próprio. A burguesia buscava, portanto, emancipar apenas a si mesma.¹¹ Aqui, parece possível identificar a diferenciação entre o liberalismo político e o liberalismo econômico - uma chave para a compreensão dos diferentes projetos políticos em conflito.

Nada haveria, a rigor, de excêntrico, deslocado ou postiço na linguagem daqueles políticos brasileiros, que usando o termo liberalismo em um sentido datado, *pro domo sua*, legitimaram o cativo por um tempo tão longo e só restringiram por pressão internacional. Uma proposta moderna e democrática sustentada pelas oligarquias rurais é que teria sido, nos meados do século XIX extemporâneo. (BOSI, 1992, p. 202)

As particularidades da expressão do liberalismo “à brasileira”, bem como a conjuntura nacional e internacional, permitiram que ele fosse mancomunado ao tráfico e a escravidão. Os pressupostos do liberalismo clássico e o desenvolvimento do sistema capitalista em nível mundial consentiram tal vínculo, conforme se verá adiante.¹² Como defende Alfredo Bosi (1992), em sua obra *Dialética da Colonização*, o liberalismo local não era contraditório, mas sim, o oposto: realizava-se a partir da “filtragem ideológica” distinguindo os significados, compatíveis ou não, com as dinâmicas intraoligárquicas. Dessa forma, era possível e plausível que as “exigências abstratas do liberalismo europeu que não se coadunassem com as particularidades da nova nação” (BOSI, 1992, p.217) fossem simplesmente deixadas de lado. Isso porque a própria dinâmica interna do liberalismo e da conjuntura local levava ao extremo a autonomia do cidadão-proprietário, a bel-prazer da classe.

Assim sendo, a concepção dos direitos do cidadão livre, que garantia o pleno poder de comerciar o que bem entendesse, além de dispor com ampla liberdade de suas propriedades, garantiu aos senhores a sustentação jurídica e parlamentar na defesa intransigente da

¹¹ Marx, em sua obra *Para A Questão Judaica*, propõe uma reflexão interessante sobre a liberdade política em detrimento da liberdade religiosa. Embora a temática específica abordada pelo autor na obra não seja o que nos interessa, suas reflexões nos ajudam a compreender o processo de emancipação política da burguesia (MARX, 2009, p. 50-71)

¹² Para melhor compreensão da ligação entre os fundamentos do liberalismo clássico e o escravismo, ver LOSURDO (2006).

propriedade privada e do dito ‘direito individual’ resultando, por sua vez, na insurgência “contra qualquer tipo de restrição jurídica à esfera de iniciativa”. É interessante destacar, num exercício de lógica, que a liberdade sem mediações para a classe senhorial exigia, como consequência direta, a total sujeição do trabalho. Assim, pode-se supor que a abolição, nesses termos, também restringiria a livre iniciativa do vendedor e do comprador do escravizado, sendo esse um argumento central na disputa política. Nesse ponto, pode-se observar, na classe senhorial, uma expressão das proposições do liberalismo econômico, vejamos.

Tal como Ângela Alonso (2014) trabalha com a concepção de “escravismo de circunstância”, é possível observar aqui um “liberalismo de circunstância”. Não raramente, em termos de disputa política e ideológica, os valores burgueses eram elevados à primeira instância como pretexto para criticar o poder central. Como assinalado brevemente acima, o período posterior ao fim do tráfico tem uma marca muito forte das disputas entre poder local e central. Há aqui um delineamento do liberalismo oligárquico brasileiro. Uma das características essenciais do liberalismo econômico pode ser caracterizada pela separação das funções do Estado, logo, neste caso, tudo o que confrontava o modo de produção vigente e a segurança dos lucros da classe exportadora se caracterizava como desvio autocrático. Portanto, só é possível compreender o liberalismo “à brasileira” por meio do reconhecimento do seu respectivo modo de produção. O arranjo social brasileiro da época permitia algum nível de coesão entre partidários liberais e conservadores, desde que se tivesse em conta os interesses em jogo. Tendo isso em vista, é fundamental que se diga: nem sempre foi assim.

A necessidade de os abolicionistas avançarem na luta política, na superação do modelo de organização social posto, fez com que se adotasse uma retórica de mudança. Essa retórica abolicionista oferecia um aporte teórico muito rico e, para Alonso (2014), ela estava ancorada em três esquemas interpretativos: 1. A compaixão, que apelava à sensibilidade, trabalhando em torno da contestação moral da escravidão visando a desnaturalizar a instituição e trazendo a discussão para o campo das desigualdades; 2. O direito, de onde se partia da concepção do direito natural a liberdade, evidenciando a contradição entre liberdade e propriedade. Inclusive, o próprio tensionamento diante do poder central e do formalismo jurídico do sistema escravista abriam precedentes para o avanço das argumentações que buscavam evidenciar a incompatibilidade entre legalidade e legitimidade. Evidente contestação não só da escravidão, mas também da monarquia; 3. As ideias de progresso, que, balizadas pelas concepções positivistas, passaram a colocar a escravidão como elemento

arcaico, contrário a modernização.¹³ É notável que, na busca por trazer a questão da liberdade para o campo das desigualdades, em contraponto às diferenças, os abolicionistas recorreram às argumentações liberais clássicas dos direitos do homem, ou seja, uma manifestação dos ideais políticos do liberalismo.

As disputas em volta do ventre foram fundamentais para delimitar a atuação de alguns grupos. Por isso, parece controverso identificar, nas querelas do Ventre Livre, uma ruptura entre um passado superado, de base decididamente escravista, e a formação de um vigoroso futuro político, modernizador e reformista, de base liberal. As concepções políticas, oriundas do liberalismo, movimentavam-se pelo interior dos diversos projetos em disputa, cada um a seu modo, sem que se confunda com as práticas de cada partido. Daí a necessidade do uso da categoria “liberalismo de circunstância”, que parece mediar com justeza essa incorporação.

O avanço de posições mais radicalizadas entre os partidos da ordem é a expressão das lutas de classe na arena ideológica, tendo, em seu horizonte, a superação das antigas posições, e não mera renovação de votos. Em decorrência, há uma evidente disputa no seio das concepções liberais. Dessa forma, é impreterível compreender as diferenças entre a formação de correntes de opinião, que formavam um corpo altamente heterogêneo, em contraposição aos grupos partidários. O dito “novo liberalismo”, como classificou o próprio Nabuco, teve, durante toda década de 60 do século XIX, campo para penetrar as discussões do Ventre Livre, sobretudo nos espaços judiciais e parlamentares.¹⁴ É também verdade que esses conflitos se davam para além da própria questão da emancipação dos escravizados, o que deve ser observado com atenção e pode ser uma chave importante de compreensão, afinal, esse “novo liberalismo” nasce, antes de qualquer coisa, em oposição à monarquia, e é basicamente essa negação que permite uma “filtragem ideológica” das doutrinas europeias. Efetivamente, essa contraposição à monarquia permite avaliar e defender que a escravidão era formalmente legal, mas diametralmente ilegítima do ponto de vista social. Os embates na arena ideológica, que cercam o ano de 1871, também sinalizam uma metamorfose política. De um lado, o desenvolvimento de uma ala abolicionista radicalizada; d’outro, a vacilação dos moderados.

Em contraponto, é sempre fundamental que não se perca de vista que a alma agromercantil da classe senhorial permanece. Fato é que a mudança política da classe senhorial e de seus porta-vozes, fundamentalmente no aspecto discursivo, avançou gradualmente e sempre ligado aos seus interesses econômicos. Não custa lembrar o Projeto

¹³ Ver mais em ALONSO (2014, p.91-101)

¹⁴ Ver em BOSI (1992, p.233-241)

Saraiva de 1885, que resultou na chamada Lei dos Sexagenários. Os senhores fazendeiros atrasaram o quanto puderam o processo de libertação dos sujeitos escravizados. A posterior entrada da classe senhorial na pauta da abolição, nos últimos anos da década, se dá com o avanço da imigração, pois os senhores precisavam, em última instância, resolver o problema da mão de obra e da terra. O primeiro germe de “antiescravismo” observado na classe senhorial é, na verdade, imigrantismo.

O abolicionismo não foi um movimento político e social homogêneo. Embora as forças políticas que figuravam o espectro mais inovador da época se deslocassem principalmente entre o Partido Liberal e o Republicano – mesmo não se conformando perfeitamente com nenhum dos dois lados –, via de regra, era possível encontrar, em maior ou menor medida, abolicionistas, emancipacionistas ou escravistas em qualquer um dos grupos políticos. Novamente, o que os diferenciava, naquele momento, eram as correntes de opinião. A título de exemplo, parte dos republicanos ligados à lavoura concentravam seus esforços na descentralização do poder monárquico no sentido da afirmação do poder oligárquico. Por consequência, para além de compreender que cada província poderia, pelas suas vontades e necessidades, resolver o problema da escravidão, não raramente essa posição admitiria um escravismo de circunstância - liberais na economia e conservadores nos costumes, como se diz atualmente. Aliás, o processo de longa duração que forma e consolida uma burguesia com características agrárias é característico do liberalismo *sui generis* do Império.

Em contrapartida, parte das forças ligadas ao Imperador, ou minimamente de posições monarquistas, poderiam tranquilamente defender a libertação dos escravizados – qual fosse o caráter desse processo. Lidar com essas contradições é uma necessidade para quem quer compreender profundamente os processos que levaram à abolição. Aqui, o recorte temporal proposto, é especialmente interessante para entender “de onde viemos” e “para onde vamos”, ou seja, é preciso reconhecer o processo de modernização sem mudança, como propõe Clóvis Moura (1994), e é necessário dizer, as disputas no interior do movimento abolicionista vão além da própria questão da libertação dos escravizados. Desse modo, observar a diferenciação entre os projetos políticos que convulsionaram a conjuntura da época é identificar, nesse processo, disputas que diziam respeito ao futuro do próprio Império ou, pelo menos, reconhecer o entrecruzamento das modernas concepções capitalistas nas sólidas bases escravistas. Além disso, compreender as relações contraditórias entre liberalismo, conservadorismo e escravismo no Império perpassa a observação da coexistência de relações

capitalistas - subordinadas ao capital estrangeiro - e a permanência de relações escravistas.¹⁵ Portanto, isso requer a plena compreensão de que

[...] em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural e em outra parte e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infra-estrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens nos processos de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se modernizou. [...] Em outras palavras: o moderno passa a servir ao arcaico. Isso (*a mudança*) poderá ser feito de várias formas em cada caso concreto: ou por uma ruptura radical, ou por uma série de reformas parciais, dependendo do potencial objetivo das classes que compõem essa sociedade em conflito e/ou conciliação. (MOURA, 1994, p. 52-53 – nota nossa)

2 A metamorfose política: Racha conservador, ascensão liberal

O ano de 1868, do ponto de vista político, parece simbolizar um daqueles momentos históricos que indicam maiores rupturas do que continuidades. O final da década de 60 do século XIX marca um momento de substituição de gerações.¹⁶ O período de hegemonia dos chamados saquaremas na vida política - assimilados na classe senhorial, vale destacar - garantiu, por muito tempo, que fossem o farol das relações sociais do Império, isto é, para além de referência política e moral, sua influência garantia a permanência do modo de produção de origem colonial.¹⁷ A reforma mais “radical” sob o comando conservador que se pôde observar foi a eleitoral - em 1856. Na prática, ela simbolizava o início da ascensão liberal na política imperial.¹⁸ Era o fim da política de conciliação, própria dos conservadores, que, por muito tempo, se propôs a ampliar a direção moral e intelectual desses sujeitos, assegurando a manutenção do *status quo*. Marcou também um primeiro racha entre os conservadores, encerrando o predomínio da “geração de ouro”.

Por decisão do poder central, no intuito de pacificar os tensionamentos conjunturais, optou-se por colocar os conservadores novamente à frente do governo. A decisão, de modo

¹⁵ Ver em MOURA (1994, p. 82-84)

¹⁶ A substituição de gerações diz respeito não só aos sujeitos em si, mas a distinção da forma de se fazer política do Partido Conservador. Ver em SALLES (2009, p. 44-45)

¹⁷ "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação." (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

¹⁸ Ver em SALLES (2009, p. 58-60)

algum, feria as atribuições do poder moderador da coroa; pelo contrário, constituía-se em um de seus mais importantes atributos. Ocorre que, politicamente, a decisão viabilizou um “efeito catalisador” de forças que estavam anteriormente dispersas. Se os conservadores se mantivessem na situação por 10 anos, os liberais, especialmente os mais radicalizados, ampliaram a sua atuação nos espaços públicos. As arenas de disputa política extraparlamentares tomariam forma, caracterizando-se como uma maneira de inovação política, algo que Alonso (2014) chamou de “ativismo de elite”.¹⁹

Para Salles (2009), a crise política de 1868 apresentou duplo significado. Primeiramente, frustrou a tentativa de a ala moderada dos conservadores se apresentar como uma alternativa à direção política do Império frente à hegemonia dos saquaremas. Em segundo lugar, indicou a ruptura com o “quadro de direção política amplo”, a alternância ou, como visto, sua política de conciliação. O autor defende que a crise de 68 extrapolou os limites da política institucional, isso porque a Guerra do Paraguai, terminada algum tempo depois, escancarou a fragilidade do Império, que, por sua vez, era fundado na ordem escravista - o término da guerra acelerou o desenvolvimento das relações capitalistas.²⁰ Além do mais, é curioso perceber o processo de degradação moral do escravismo naquele momento. A escassez da mão de obra no período posterior ao fim do tráfico de escravizados viabilizou um aminguamento da solidariedade escravista, robusteceu a divisão social, ao passo que dificultou a oferta de alforrias. Nesse cenário, o estado Imperial se viu obrigado a recorrer à libertação de escravizados para fortalecer o *front* de batalha - num período em que a escravidão já passava por níveis consideráveis de contestação, apesar de ainda limitado.²¹ Aqui, novamente volta-se à questão trabalhada por Alonso (2014): o escravismo de circunstância. A aceitação retórica da condenação moral da escravidão se fazia necessária para a manutenção do escravismo, já que, além da importante participação dos “voluntários da pátria”, o poder Imperial tinha como bandeira a “libertação” do Paraguai enquanto sustentava contraditoriamente a escravidão em território nacional.²²

A situação do frágil Império diante desse cenário parece um ponto decisivo. É possível reconhecer, nesse momento e posteriormente, com os já comentados imbróglis da libertação do ventre, um ponto de inflexão no debate sobre a escravidão. Se os ideais emancipatórios de todos os tipos avançavam, ficava claro ao poder central que o cenário amplamente desfavorável à escravidão poderia se tornar uma crise irremediável. Nesse

¹⁹ Ver mais em ALONSO (2014, p.90-92)

²⁰ Ver em IANNI (1978, p. 26-27)

²¹ Ver em SALLES (2009, p. 60-62)

²² Ver em MOURA (1994, p. 90-98)

sentido, as medidas concretas a favor da emancipação passam a surgir como forma de, em primeiro lugar, conter a instabilidade; em segundo lugar, de impedir maiores ameaças à própria ordem imperial. Nesse caso, a Lei do Ventre Livre foi utilizada como forma de procrastinação do avanço da abolição definitiva, mas não pôde conter, com a mesma efetividade, a organização política que tinha como alvo a totalidade do *status quo*. É também verdade que a aprovação da Lei do Ventre Livre proporcionou um período de calma nas mobilizações.²³ Há também, nesse ponto, uma imprecisão das compreensões sobre a emancipação dos escravizados dentro da classe senhorial²⁴ - é o segundo racha.

Assim, é necessário reconhecer os limites da libertação do ventre enquanto medida necessária para a abolição total; na verdade, considera-se uma medida emancipacionista. A lei previa a libertação dos nascidos de mãe escravizada a partir de então, com a condição de ficarem sob o protetorado do senhor da mãe até os 8 anos, ou condicionados até os 21, além de criar, ainda, um fundo de emancipação com a verba destinada a compra de alforrias. Concretamente, pode-se observar a pouca efetividade de tais medidas, por motivos óbvios. No entanto, é indispensável que também se reconheça sua importância no todo. É verdade que, a partir de 1871, a causa de liberdade pôde avançar de forma irreversível, não só aumentando as possibilidades de alforria - nos espaços urbanos, cabe lembrar -, como também expandindo muito a atividade dos escravizados na busca por sua libertação.²⁵

Assim, não restam dúvidas de que cabe pensar suas consequências políticas imediatas. Se a própria libertação do ventre não resolvia a situação dos escravizados - inclusive o contrário, contribuía para sua permanência -, ela viabilizava um importante processo de mobilização e organização política que punha em xeque não só a escravidão e o cativo, como também a ordem imperial. Quando se analisam os efeitos e resultados da Lei do Ventre Livre, em diversos momentos, acaba-se por reduzi-los às suas consequências legais, esquecendo das suas implicações conjunturais. Exclui-se das consequências do ventre livre todo o processo de reorganização das condições objetivas e, portanto, aspectos importantes da luta de classes que resultam deste processo. De fato, se a emancipação não estava resolvida, entrava-se, então, em um novo período de disputas que, em maior ou menor medida, está colocada em novos elementos e significados.

²³ Esse período de calma, como se verá, diz respeito a uma fase de reorganização das condições objetivas, não de imobilismo. Ver em SALLES (2009, p. 74-77)

²⁴ A imprecisão nas compreensões senhoriais quanto a emancipação dos escravizados é um fenômeno com características regionais. Onde o uso da mão de obra escravizada se encontrava em descenso, na mesma medida se encontrava seu respaldo VIOTTI (2008, 62-63). Ver também SALLES (2009, p. 72-73)

²⁵ Ver mais em CHALHOUB (2011, p. 82)

Durante os tensionamentos e debates acalorados que determinaram a promulgação da libertação do ventre, a classe senhorial se opunha ferozmente ao projeto e à aprovação da lei, chegando a fundar o Clube da Lavoura e do Comércio, além de enviar, pelo menos, 33 petições à Câmara e 11 ao Senado no intuito de combatê-la. Com o avanço da causa abolicionista, eles passaram a escorar-se nela. Esse é um fator curioso que foi polemizado no calor do momento por figuras importantes, como o artista Angelo Agostini.²⁶ As limitações da nova lei expõem a necessidade de a oposição abolicionista avançar, enquanto a reação retardava a abolição definitiva e pensava minar a agitação abolicionista, o que não ocorreu. A centralidade da condição do escravizado nas mentes e nos corações da população permitiu aos abolicionistas radicalizar suas reivindicações e sua atuação. Do ponto de vista propriamente político, a lei significou, em primeiro lugar, uma concessão dos senhores diante do abolicionismo que ganhava corpo; em segundo lugar, ela figurou como uma resposta dos conservadores aos liberais, que, encabeçando a aprovação do projeto, visavam “neutralizar a plataforma reformista dos liberais” (VIOTTI, 2008, p. 62).²⁷

Com certeza, muitos já ouviram o ditado, atribuído a diversos autores, que propõe que “a necessidade faz o homem”. Nesse caso, a necessidade fez o movimento abolicionista. Não que ele tenha sido concebido naquele momento, mas, na ocasião, ele ganha corpo, agora ele está “feito”. A ascensão abolicionista dependia diretamente da ascensão liberal e, ao mesmo tempo, poderia se pensar no contrário. De todo modo, o fato é que a agenda abolicionista tinha mais espaço na situação liberal. A emancipação era um compromisso programático do partido, apesar dos pesares. Com os conservadores na situação por dez anos, até 1878, os abolicionistas tiveram de despontar no espaço público. Salles (2009) argumenta que havia pelo menos quatro modelos de emancipação conhecidos, sendo eles: a revolução escrava do Haiti, a guerra civil nos EUA, a ação parlamentar nas colônias francesas e/ou inglesas e a libertação do ventre - conhecida, principalmente, pela Lei Moret.²⁸ Já Alonso (2014), propõe que o repertório dos abolicionistas ampliava seu escopo com base nesses episódios, firmando três alternativas táticas: à moda inglesa e estadunidense, caracterizada por movimentações parlamentares em conjunto de ações no espaço público; à moda francesa, a partir de *lobby* e ações pontuais no sistema político; e, finalmente, à moda rebelde haitiana. Os abolicionistas brasileiros trataram logo de combiná-las.

²⁶ REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, edição 387, ano 9, n. 21, jul. 1884

²⁷ Ver mais em VIOTTI, (2008, p. 57-62)

²⁸ Ver em SALLES(2009, p. 63); ALONSO (2014, p.124-129)

A discussões em torno do ventre livre deram nova dimensão à questão da emancipação, prosperando na opinião pública, enriquecendo as páginas da imprensa e fazendo avançar as organizações abolicionistas. Nessas circunstâncias, o abolicionismo passava a se enraizar na sociedade imperial, permeando todas as classes. Aliás, a formação de uma teia operativa complexa, capaz de conciliar as mais diversas formas de atuação política, é fundamental para o desenvolvimento do movimento nacionalmente. As ações dessas organizações passaram a ser operadas por grupos relativamente marginalizados em relação à aristocracia.²⁹ Essa mobilização passa a adquirir um caráter de movimento massas, especialmente nos núcleos urbanos. Isso se justifica, entre outras coisas, pelo aumento do preço dos escravizados e, evidentemente, pela demanda das zonas rurais - o que implica uma evidente contração do número de escravizados urbanos, logo, no aumento do trabalho livre.³⁰ Essas vantagens econômicas que o trabalho livre oferecia ganhava força gradualmente. Vale ressaltar aqui que os novos modelos de negócio e investimento favoreciam a falência da escravidão no médio prazo, freando o investimento dos senhores em capital-escravo.

O projeto de libertação dos escravizados sexagenários surgiu como uma tentativa desesperada por parte de setores escravistas no intuito de frear o processo de abolição definitiva. O novo projeto, com base nos termos daquilo que já vinha sendo discutido, foi apresentado pelo gabinete liberal de José Antônio Saraiva. A mobilização senhorial para barrar os efeitos da legislação garantiu que houvesse restrições e punições para aquele que acobertasse a fuga de escravizados - em outras palavras, repressão justificada institucionalmente através dos mecanismos jurídicos -, além da obrigatoriedade de mais três anos de trabalho pelo liberto e indenização aos senhores. Entretanto, o movimento já estava muito bem articulado e enraizado em amplos setores da sociedade civil. Mais do que isso, a abolição tornou-se uma causa popular, “o povo arrebatara das mãos da elite a direção do movimento”.³¹ Nesse sentido, vale destacar uma questão: viu-se anteriormente, e de maneira geral, que a Guerra do Paraguai foi um ponto central de tensionamento e de conflito. Desde então, a legitimidade do poder imperial vinha caindo em descrédito diante dos militares, até que em 1887, por decisão do Clube Militar, as tropas se recusaram a permanecer perseguindo e capturando escravizados. Finalmente, cabe ressaltar que a resistência dos escravizados,

²⁹ Isto é, a base social urbana no geral, incluindo mulheres e crianças. Importante destacar que “Ao envolver mulheres e crianças, o movimento atacou a escravidão onde ela era tão forte quanto silenciosa: em casa. Politizou a vida privada.” (ALONSO, 2014, p.144-151)

³⁰ Ver mais em VIOTTI (2008, p. 57-62); PRADO JR (1990, p. 130-135)

³¹ Ver mais em VIOTTI,(2008, p.90)

auxiliados pelos abolicionistas - organizados ou não -, foi determinante para tornar a situação insustentável.³²

Se o movimento buscava tomar as ruas para alastrar sua influência, no nível institucional, a agenda abolicionista tinha mais espaço e relevância nos governos liberais. Somente no ano de 1878, quando os liberais voltam à situação, o movimento organizado começa a avançar a largos passos, atingindo o auge pouco tempo depois. Nesse momento, ocorre o que Angela Alonso (2014) classifica como o “boom associativo”, ou seja, o crescimento exponencial de associações favoráveis a emancipação dos escravizados.³³

A década de 80 do século XIX é símbolo da nova condição do abolicionismo, apresentando uma grande evolução da organização popular, explicitamente contestatória. A classe senhorial, agora na defensiva, se agarra às determinações da Lei do Ventre Livre enquanto a polarização entre escravistas e abolicionistas se acentua. É em meio a essa atmosfera de tensão, devido aos confrontos diretos e à violência, que surge o projeto de emancipação dos sexagenários. Emília Viotti da Costa (2008) defende que, devido à heterogeneidade dos abolicionistas, que pairavam em ambos os partidos, a abolição se sobrepunha aos interesses político-partidários - mas não aos interesses de classe, vale destacar. A autora propõe que, em 1884, aconteceu o mesmo que em 1871, no que concerne à mobilização, mas agora com altos níveis de repressão.³⁴

O que fica claro, nesse momento, é que boa parte da classe senhorial já estava convencida da inevitabilidade da abolição; o que estava no horizonte senhorial era garantir a transição para o trabalho livre, resolver o problema da terra e, evidentemente, assegurar indenizações de grande valor. A essa altura, poucos – senhores – uma minoria, na verdade – rejeitavam qualquer medida que viesse alterar o *status quo*, argumentando que a libertação do ventre já dava a questão como resolvida. Boa parte deles eram originários da província do Rio de Janeiro. Viotti (2008) demonstra que as características geográficas da zona cafeeira fluminense precarizavam a produção local, elevando a importância do trabalho escravo - ao contrário do Oeste Paulista. Esse fator acarretou numa nova cisão na classe senhorial, enfraquecendo o escravismo enquanto força política. O racha na classe dominante e o seu convencimento acerca das benesses do trabalho livre também indicam, de uma forma ou de outra, a necessidade de uma mudança estrutural não só nas relações de trabalho, mas também

³² Não foi possível, neste trabalho, evidenciar todas as formas de resistência dos escravizados, bem como seus significados. Vale destacar que, apesar da impossibilidade de tratar de todos os aspectos necessários, considera-se, aqui, que a realidade concreta só pode ser mediada por meio da ação de sujeitos, de agentes.

³³ Para saber mais sobre o associativismo abolicionista e as táticas de nacionalização do movimento, ver ALONSO (2014, p. 163-185)

³⁴ Ver mais em VIOTTI (2008, p. 86-90)

na forma política do estado. Portanto, aqui se pode identificar também o enfraquecimento da monarquia.

Essa última cisão na classe senhorial, que expõe práticas fragmentadas e individualistas, competitivas entre si, revela uma negação dos próprios valores senhoriais de cooperação e ajuda mútua, observados anteriormente, em decorrência do processo de decomposição do escravismo, política e ideologicamente. Como propõe Clóvis Moura (1994), esse processo

[...] refletirá toda modificação nas relações sociais, no processo de trabalho e na hegemonia de outros grupos e frações de poder que já podiam estabelecer um projeto e o seu correspondente discurso, mas, sobretudo, um comportamento que jamais seria aplicado pelos antigos senhores de engenhos, que tinham como palavra empenhada um *fio do bigode* e jamais aceitariam a ruptura desse pacto de classe centenário. Isso porque no último período do escravismo já funcionava uma nova época: a ética do capitalismo. (MOURA, 1994, p. 99-101)

Neste momento, é necessário relembrar uma citação feita ainda nas primeiras páginas deste escrito “... a supressão de um pólo implica imediatamente na desintegração do outro – este é o nó da questão.”³⁵. Assim, acabar com o escravo significava acabar com o senhor. É característica dessa fase do abolicionismo a atuação de grupos sociais radicalizados na libertação dos escravizados e, ainda que os sujeitos escravizados tivessem, na sua prática, uma concepção própria de liberdade, operando diretamente no seu processo de libertação, as condições sociais, econômicas, ideológicas e demográficas impediam que os escravizados assumissem a direção das mobilizações. Ocorre que o próprio processo de degradação político-ideológica, bem como econômica do escravismo passa a transpor à sociedade a ideia do trabalho livre. Isso implica que a classe senhorial consegue, a partir de mecanismos defensivos já vistos, facilitar essa transição, garantindo para si a manutenção da estrutura fundiária, a resolução do problema da mão de obra a partir de imigração e a permanência dos negros, agora livres, enquanto população marginalizada³⁶ - fator prioritário para o desenvolvimento das relações capitalistas.

Fato é que a garantia dessa ruptura feita “por cima” permite conservar as estruturas de poder e a forma de domínio econômico. Se antes havia os senhores do café, agora há, literalmente, seus herdeiros diretos, os fazendeiros do café – que, por sua vez, resultam nas oligarquias locais, como se observou parcialmente na primeira parte deste escrito. A abolição não proporcionou, na verdade, um avanço qualitativo da estrutura social brasileira. Ao

³⁵ id., 2008

³⁶ Ver em MOURA (1994, p. 102-103)

contrário, manteve seus instrumentos de dominação baseados no monopólio da terra e na espoliação do negro. De fato, o fim da escravidão resolveu o problema da mão de obra, mas não o problema do negro.

3 A vivência compartilhada: trabalho livre e escravizado na Corte

Reconhecendo, no processo da abolição, parte importante da transição entre as relações propriamente senhoriais para aquelas propriamente capitalistas, é necessário um esforço que vise a observar as experiências comuns entre trabalhadores em suas diversas condições. Um dos fatores centrais e característicos das relações sociais capitalistas é, evidentemente, o advento do trabalho livre. Nos últimos trechos deste escrito, busca-se evidenciar algumas das contradições do liberalismo *sui generis* brasileiro e a coexistência de relações antigas e modernas. Parte dessa coexistência é a manutenção das relações de trabalho escravizado lado a lado com as relações de trabalho livre.

Como comentado brevemente na introdução, deve-se ter em conta que o ingresso da América na dinâmica internacional do capitalismo se deu baseado no tripé monocultura de exportação, grande propriedade - principalmente a partir da Lei de Terras - e força de trabalho escravizada. Desse modo, a nova configuração da divisão do trabalho internacional permite uma mudança qualitativa na inserção dos países americanos nos circuitos de acumulação, viabilizando uma passagem gradual e não violenta do modelo colonial para o capitalismo de tipo dependente. Essa chamada “formação social de transição” permitiu a existência de relações de produção mistas, que transitavam entre o trabalho livre e escravizado. Há uma grande controvérsia sobre o caráter do modo de produção neste momento e, por essa razão, o foco, aqui, não é responder a essa questão, que parece infundável. O fato é que essa transição e, conseqüentemente, o próprio processo de abolição devem ser compreendidos como um processo de longa duração com determinantes internos e externos. Vale destacar que o processo de independência “pelo alto” dificulta essa diferenciação, já que o que se pode ver é uma manutenção da estrutura econômica.³⁷ Além do mais, embora não seja o ponto de interesse deste estudo, faz-se necessário ponderar a importância da influência externa na definição do trabalho livre no Brasil.³⁸

³⁷ Ver mais em CASTELO (2020, p. 17-20).

³⁸ Sobre a influência do antiescravismo inglês, ver RÉ (2007). Sobre a influência do imperialismo inglês, ver BETHELL (2018, 138-149).

Em termos gerais, a acumulação de capital comercial e fundiário no espaço urbano dinamizou um conjunto de atividades financeiras e econômicas, como casas de negócios, manufaturas e pequenas indústrias, bancos e serviços. Evidentemente, o próprio café é central para o desenvolvimento deste ciclo de acumulação. Logo, a economia cafeeira surgiu, intimamente ligada ao mercado externo, viabilizando uma grande mudança no eixo da forma de acumulação nos países centrais.³⁹ Segundo Dale Tomich e Rafael Bivar Marquese (2009), o avanço da economia cafeeira está diretamente ligado à fase mais imediata da proibição do tráfico, pois a região era beneficiada pela exploração do trabalho escravizado, pela acumulação originada do contrabando e ainda pelos rendimentos provenientes da próprio superávit comercial.⁴⁰ O excedente proveniente da atividade agroexportadora permitiu o investimento no setor industrial, e a industrialização no Rio de Janeiro também ganhou um impulso, já em meados do fim do século, a partir do processo de financeirização - bolsa, crédito, títulos da dívida, emissão de moeda etc. Segundo Caio Prado Junior (1990),

a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-89), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital invertido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 1/2% na de vestuário e objetos de toucador, 3% na metalurgia. (PRADO JR, 1990, p. 197)

Esse dinamismo permitiu o contínuo avanço no sentido das relações de produção e trabalho capitalistas.

Outro fator de destaque são os efeitos diretos da Guerra do Paraguai, que exigiram uma grande mobilização de recursos - inclusive humanos, obviamente. Ricardo Salles e Emília Viotti (2008) já alertavam sobre a escassez de força de trabalho acarretada pela continuidade do conflito. Chalhoub (2011) e Alencastro (1988) também apontavam para a progressiva redução do uso de mão de obra escravizada entre as décadas de 50 e 70 do século XIX.⁴¹ A demanda por mão de obra escravizada na lavoura fluminense, especialmente após o fim do tráfico, admitiu, nos centros urbanos, uma substituição mais incisiva - apesar de gradual - pelo trabalho livre.

No período pós-guerra, principalmente de 1875 em diante, os escravizados são deslocados de seus postos de trabalho “ao ganho” e, em seus lugares, são contratados

³⁹ Ver mais em CASTELO (2020, p. 21-23); MARINI (1973, p. 3-6).

⁴⁰ Ver mais em TOMICH; MARQUESE (2009, 340-383).

⁴¹ Ver mais em SALLES (2009, p. 60-63); VIOTTI (2008, p. 34-38); CHALHOUB (2011, p. 248-265); ALENCASTRO (1988, 40-46).

trabalhadores livres - o que não pressupõe, obviamente, a substituição total da mão de obra, mas sim, seu entrecruzamento.⁴² Já nas últimas décadas do século XIX, era possível observar uma gama bastante variada de formas de exploração da força de trabalho, com destaque para o trabalho forçado por meio de endividamento de imigrantes e africanos livres, o uso indiscriminado de escravos de ganho mediante pagamento de “jornal”, entre outros exemplos.⁴³

Segundo Rafael Maul (2012), grande parte das atividades exercidas nos espaços urbanos a partir deste momento eram de responsabilidade dos escravizados de ganho. Dadas as características dessa modalidade de exploração, das relações de trabalho entre escravizado e senhor, da sua mobilidade e da proximidade com outros trabalhadores urbanos, livres e libertos, permitiu-se a concepção do conceito de “brecha assalariada” - sem que se simplificasse o processo de transição da mão de obra.⁴⁴ É importante evidenciar que tais formas de exploração do trabalho existiam, em grande parte, dos casos sob a forma de relações de solidariedade. Esse tipo de relação, permeada pela contradição entre solidariedade e paternalismo *versus* subordinação e controle social, permanece como característica mesmo após o fim da escravidão, tendo grande relevância em aspectos da formação da classe trabalhadora e no desenvolvimento do trabalho livre no Brasil.⁴⁵ Solidariedade, dependência e exploração eram componentes desse intercâmbio entre livres, libertos e escravizados num “mercado de trabalho” em transformação.

Esse intercâmbio de experiências entre escravizados e trabalhadores livres no processo de formação de uma classe trabalhadora, que comporta ainda o peso da escravidão, viabilizou e, destacadamente após 1871, o colapso do sistema escravista diante de sua base social. A condenação da escravidão, além de moral, agora é sensível, táctil, factual para as grandes massas urbanas do Império - que neste momento buscam melhorias e direito à cidadania, como se verá um pouco mais adiante. Isso, evidentemente, não implica o próprio “início” da degradação do escravismo, ao contrário, caracteriza-se como reflexo do processo. Apenas a título de exemplo, Viotti (2008) e Salles (2009) já indicavam a Guerra Civil Norte-americana como parte de um amplo processo de degradação, que extrapola as fronteiras nacionais.⁴⁶ O aviltamento progressivo do trabalho escravizado no meio urbano

⁴² Ver em MAUL (2012, p. 30-34)

⁴³ Ver em ALENCASTRO (1988, 30-56); MATTOS (2008)

⁴⁴ Ver em MAUL (2012, p. 23-24)

⁴⁵ Sidney Chalhoub (2012) trabalha esse tipo de relação em sua obra “Trabalho, Lar e Botequim” num período posterior ao estudado aqui, elencando elementos importantes da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Ainda que o recorte temporal trabalhado pelo autor seja posterior ao nosso, a recomendação permanece sendo útil.

⁴⁶ Ver em VIOTTI (2008, p.43); SALLES (2009, p.63)

brasileiro tem condições concretas, parcialmente trabalhadas neste escrito, mas de forma alguma apresenta caráter linear ou determinista.

Ainda nos finais da década de 70 do século XIX, era possível sentir os efeitos das crises econômicas pelas quais o país vinha passando no último período⁴⁷, embora o crescimento industrial visto na década de 80 tenha abrandado a instabilidade. Ocorre que esse crescimento também vem acompanhado da crise na lavoura do Vale Fluminense, que, a partir de 1883, toma proporções mais críticas. Segundo dados expostos por Emília Viotti da Costa (2008), em 1864, era possível encontrar, na Corte, em média, 100 mil sujeitos escravizados; já em 1887, havia somente 7 mil. Nos núcleos urbanos como a Corte, essa queda pode ser justificada pelo aumento dos preços dos escravizados devido à demanda das zonas rurais, além da própria atuação do movimento abolicionista e do acesso ao pecúlio. Em termos práticos, pode-se identificar como consequência disso o aumento progressivo do uso da força de trabalho livre. A modernização - e mecanização - da produção também proporcionou um aumento relevante na produtividade do trabalho, tendo, como consequência imediata, o barateamento da força de trabalho livre e o aumento da lucratividade, tornando o trabalho livre mais viável e rentável.⁴⁸ Outra questão importante é a chegada de um grande número de imigrantes a partir de 1881.

Não se pretende aqui desvendar os problemas da mão de obra na Corte, ainda que seja importante o esforço de identificar elementos básicos do avanço do trabalho livre já que, em última instância, atrelado ao decréscimo de trabalhadores escravizados, complexifica a teia de relações sociais no processo de formação e transformação das classes e mesmo do território. O aumento populacional e a questão da moradia, principalmente a formação de cortiços, também são fatores centrais no intercâmbio de experiências entre os trabalhadores livres, libertos e escravizados. Não se pode ignorar que a formação da experiência de determinados sujeitos se dá num determinado espaço. No caso da Corte, o principal espaço de interação entre os diversos trabalhadores era a região central. A modernização das relações de trabalho, atrelada ao resultante processo reorganização do espaço urbano, permite uma divisão espacial das classes, cumprindo papel central na transformação das relações sociais com caráter cada vez mais capitalista.⁴⁹

⁴⁷ Para um panorama geral das crises econômica do século XIX ver MARINGONI (2011)

⁴⁸ Ver mais dados em VIOTTI (2008, p. 62-69)

⁴⁹ Neste trabalho, não será possível abordar da forma devida, a questão da moradia, o processo de (re)urbanização e as decorrentes experiências comuns dos trabalhadores na Corte. Além de capital nacional, o Rio de Janeiro era também a “capital financeira” e, por isso, a região que mais rápido sofria modificações, seja no modo de produção, seja no modo de vida, seja no processo de reurbanização. Para saber mais sobre essa interação e a formação dos cortiços. Ver em CHALHOUB (2006, p. 15-56)

Até pelo menos a metade do século XIX, parecia ser recorrente entre os trabalhadores livres a ideia de que o trabalho escravizado era nocivo, já que rebaixava os salários e, portanto, a necessidade de sua superação se daria mais por motivações estritamente econômicas do que por qualquer outro tipo de solidariedade possível. Segundo Maul (2012), nas últimas décadas do século, tornou-se habitual entre os trabalhadores a compreensão de que os livres se encontravam naquilo que o autor classifica como “escravidão moral”. A crise político-econômica que permeou os anos 60 e 70 permitiu o desenvolvimento de argumentos mais “humanitários” em relação ao trabalho escravizado, fruto da percepção de que eram todos trabalhadores.⁵⁰ Já para Marcelo Badaró Mattos (2008), essa solidarização tem, como marco temporal e conjuntural, a própria Guerra do Paraguai, devido a seus efeitos colaterais, permanecendo depois dela, através do processo da abolição.⁵¹ É curioso perceber que os trabalhadores, de forma gradual e não total, passam a defender, de forma convergente, a abolição, embora divirjam em relação às suas posições diante do regime político. Cabe apontar que, mesmo entre os trabalhadores, havia cisões políticas entre monarquistas e republicanos, entre moderados e radicais.

Como visto anteriormente, uma das principais formas de exploração da força de trabalho escravizado no espaço urbano era deixá-los “ao ganho” mediante o pagamento do jornal. Como alertou Sidney Chalhoub (2011), os escravizados vivendo “sobre si” contribuíam diretamente para a desconstrução dos significados sociais da instituição escravista.⁵² Diante disso, não parece temerário supor que essa lógica é também importante para reconhecer a compreensão dos trabalhadores livres diante desta situação, afinal, estavam o tempo todo compartilhando suas experiências, e isso perpassa o reconhecimento, no escravizado deixado “ao ganho”, de uma forma de exploração específica da força de trabalho. Flávia Souza (2008), a partir da análise de fonte das páginas do *Jornal do Commercio*, observou que se “alugava” tanto o escravizado de ganho, quanto o serviço oferecido pelo trabalhador livre. As casas de comissão, de locação ou agências de emprego publicavam anúncios dessa natureza frequentemente nas páginas do jornal. Chama atenção, para além das diversas ocupações e serviços distintos oferecidos, o cumprimento de uma mesma função por diversos “tipos” de trabalhadores, o que reforça o entrecruzamento vivências “desde o momento da procura pelo trabalho”.⁵³ A insistência diante da demonstração de elementos

⁵⁰ Ver em MAUL (2012, p. 37-41)

⁵¹ Ver em MATTOS (2008, p. 219)

⁵² Ver em CHALHOUB (2011, p. 235)

⁵³ Ver em SOUZA (2008, p. 1-7)

comuns nas experiências desses sujeitos está expressa na necessidade de comprovar também interesses comuns.

A coexistência entre os trabalhadores livres e escravizados nos espaços urbanos, no mais diversos espaços de convivência, permitiu a constituição de um complexo conjunto de experiências e interesses comuns. O que importa, neste momento, é reconhecer apenas que, enquanto as antigas formas de produção não morreram definitivamente, pôde-se observar a exploração da força de trabalho baseada em métodos de coerção econômica e extraeconômica, tanto no caso do trabalho escravizado como no caso do trabalho livre. Escravizados e trabalhadores livres conviveram e experimentaram - juntos, embora de maneira distinta - a opressão, a exploração e a dominação nos mesmos postos de trabalho e nos mesmos locais de moradia. Por isso, não é caro supor que, dentre as muitas contradições, existiam também interesses comuns. Sujeitos ao mesmo sistema, “desfrutaram” de formas distintas de exploração e compartilharam de formas semelhantes de resistência e organização.

Em torno desta problemática, há, por parte dos trabalhadores, uma usual denúncia diante das péssimas condições de trabalho. Como resposta a tais problemas, surgiu uma série de associações de solidariedade e mutualismo, dentre as quais havia organizações com caráter de classe divididas, em geral, por categoria profissional, bem como havia aquelas com caráter “identitário”, nas quais os membros se agrupavam em torno de uma identidade comum. Aquelas com caráter identitário eram preponderantes e, via de regra, cumpriam funções assistencialistas, mutualistas, de solidariedade. Muitas delas auxiliavam, inclusive, a causa abolicionista, fortalecendo os laços de identificação e solidariedade entre os trabalhadores livres e escravizados.⁵⁴ Havia pelo menos três principais tipos de organizações: as irmandades religiosas, as sociedades de auxílio mútuo e as mutuais negras. Sobre as duas últimas, respectivamente, é necessário destacar alguns elementos. As de auxílio mútuo foram, por muito tempo, a única forma legal de organização dos trabalhadores livres, tendo em vista a ilegalidade da construção de corporações de ofício. Já as mutuais negras eram oficialmente clandestinas, embora sua existência fosse de conhecimento geral da população. Vale ressaltar que as mutuais negras, ao contrário das outras, não eram formadas no intuito de afirmar uma identidade ligada ao mundo do trabalho, ainda que, de uma forma ou de outra, estivessem diretamente vinculadas à escravidão e ao trabalho forçado.⁵⁵

Por motivos óbvios, os escravizados não contavam com o direito à organização, embora o fizessem - de maneira formal ou não. Para Chalhoub (2007), avaliando um parecer

⁵⁴ Ver em MAUL (2012, p. 73)

⁵⁵ Ver em MAUL (2012, p. 75-83)

do Conselho de Estado de 1874 quanto à organização de negros, fica claro que o Estado Imperial pretendia, no caso da Lei do Ventre Livre, que as vias institucionais para obtenção da alforria fossem acionadas individualmente pelos sujeitos, mesmo que contassem com ajuda de livres. O Conselho de Estado estava determinado a barrar a organização de sujeitos de origem africana.⁵⁶ Nesse sentido, as vias institucionais de acesso à alforria serviriam, ao mesmo tempo, para inserir os escravizados e libertos numa “cultura legal” e também para afastá-los da luta organizada. O pressuposto básico para tal ação era individualizar o acesso a liberdade como forma de mitigar o processo de libertação. Para Maul (2012), bem como para Mattos (2008), o período posterior a aprovação do Ventre Livre também passa a ser caracterizado como um momento em que as formas organizativas e de lutas coletivas de livres e escravizados vão se encontrando.⁵⁷

O amadurecimento da ideia da condição de “escravidão moral” vai, com o passar do tempo, levando os trabalhadores a uma compreensão que propunha uma sociedade fora da existência de qualquer forma de escravidão. Dentre todas as contradições presentes nessas concepções, é necessário que se diga que essa posição dos trabalhadores livres não implica, necessariamente, propósitos de “solidariedade de classe” perante os escravizados, tampouco rejeita racismos. A proximidade entre suas experiências é que garante a formação de ideais abolicionistas entre os livres. Apesar de não ser possível tratar da questão neste estudo, Rafael Maul (2012) se propõe a destrinchar a atuação de algumas categorias, tais quais a dos tipógrafos e dos padeiros, como forma de demonstrar que a posição dos trabalhadores livres frente ao trabalho escravizado não era mera adesão a um programa específico, mas sim um reconhecimento objetivo da forma do trabalho.⁵⁸

Organizações de caráter abolicionista como a Confederação Abolicionista (1883) mantinham estreita ligação entre os trabalhadores. A Confederação era composta por diversas sociedades abolicionistas e promoveu diversas ações, legais e ilegais, pela abolição. Dentre elas, destaca-se a construção das conferências-concerto, muito trabalhadas por Angela Alonso (2014). O teatro e as artes foram usados habilmente pelos abolicionistas como instrumento político nas ações no espaço público. Segundo Alonso,

O uso das artes operou a deslegitimação do escravismo e a difusão do repertório moral abolicionista, a imagem da escravidão como ilegal, imoral e anacrônica. O uso político de fórmulas artísticas familiares desestabilizou convenções sociais, ao incitar o estranhamento contra a ordem natural das coisas. (ALONSO, 2015, p. 142)

⁵⁶ Ver em CHALHOUB (2007)

⁵⁷ Ver em MAUL (2012, p. 85) e MATTOS (2008, p. 111)

⁵⁸ Ver em MAUL (2012, p. 90-92)

O movimento abolicionista já estava enraizado em todas as camadas sociais, embora, a essa altura, fosse operado por grupos relativamente marginais em relação às instituições aristocráticas. O movimento estava voltado à atuação no espaço público e à mobilização de massas. Essa heterogeneidade na composição social e a superação do dito “abolicionismo de elite” - entre outros elementos - levam Alonso (2014) a uma de suas problemáticas centrais que, não à toa, é afirmar o caráter de movimento social do abolicionismo.

O movimento abolicionista e a ação organizada dos trabalhadores, livres e escravizados, afasta-se gradualmente dos muros escusos da pequena política imperial e se cristalizam numa disputa maior que, em tal ou qual medida, se propõe a enterrar um modelo econômico-social moribundo, mesmo que, em última instância, essa disputa esteja limitada à luta pela predominância de uma ou de outra fração burguesa. A superação da pequena política senhorial, e a forma como ela opera ideologicamente, exigiu dos trabalhadores uma compreensão própria, embora limitada, de suas condições. Isso implica que a busca dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, por cidadania e etc, caracteriza-se também como uma expressão da grande política no contexto imperial. Chalhoub (2011) propõe que, quanto mais avançavam o século e as lutas da abolição, mais se criava uma mentalidade antiescravista entre os escravizados.⁵⁹ Maul (2012) propõe que o mesmo acontece com os trabalhadores livres.⁶⁰

É sempre interessante destacar, em contrapartida, que as formulações antiescravistas, salvo raras exceções como Rebouças e Patrocínio, eram acompanhadas de boas doses de gradualismo que asseguravam, como já comentado, o resguardo do processo de abolição sem que se desdobrassem em maiores rupturas ou numa grande luta geral contra a opressão. Esta postura deve ser vista tal como ela é: um grande acordo entre os próprios defensores - não radicais - da abolição, que expõe a necessidade geral das classes dominantes de dirigir o processo.

Não acho que seja demais afirmar que os limites estavam voltados para a organização do sistema capitalista de forma mais amadurecida no Brasil, uma vez que aquelas pessoas estavam plenamente conscientes dos processos que se passavam na Europa e nos Estados Unidos. (MAUL, 2012, p. 121)

A luta pela abolição está intrinsecamente ligada às lutas dos trabalhadores livres pela definição das relações de trabalho e por direitos à cidadania. É interessante perceber que, dentre todas as contradições, a luta pela cidadania - no sentido liberal clássico - permitia dois

⁵⁹ Ver em CHALHOUB (2011, p. 217-228)

⁶⁰ Ver em MAUL (2012, p. 112)

sentidos distintos e até opostos entre si: de um lado, a cidadania plena dos trabalhadores nunca se efetiva; d'outro lado, a sua idealização permite enterrar a escravidão como um passado “superado”, sem que de fato seja. A cidadania torna-se um aporte liberal de contenção da ação das massas e garantia de transição político-econômica pacífica. O que se vê, objetivamente, é a manutenção da hierarquia social. A contradição entre a valorização e a busca pelos direitos à cidadania por parte dos trabalhadores, em contraponto aos aspectos de dominação contidos na lógica formal desses direitos, é central. Reconhecer esse duplo significado do acesso à limitada cidadania é, por outro aspecto, reconhecer um momento-chave das lutas de classes no Império que definem, em alguma medida, o processo de transição pacífico das relações senhoriais para as propriamente liberais/capitalistas. A luta dos trabalhadores livres por melhores condições de vida e trabalho colocava a abolição como prioridade, inevitavelmente.⁶¹ Em decorrência de sua própria percepção sobre o lugar que ocupavam naquela sociedade, organizavam-se para acabar com o regime escravista.

Considerações Finais

Na introdução deste trabalho fora dito que, se houvesse uma palavra capaz de definir todo seu sentido, esta palavra seria “coexistência”. A identificação da coexistência de elementos arcaicos e modernos nas relações sociais do final do Império, ao final deste escrito, parece tomar centralidade como chave analítica de entendimento do que se chamou aqui de liberalismo “à brasileira”. Apontar as distinções entre desigualdade e diferença, emancipacionismo e abolicionismo, as diferentes posições moderadas e radicalizadas, permite observar com melhor clareza todo o processo de “filtragem ideológica” que propiciou ao liberalismo local não só se enquadrar a uma realidade distinta da europeia, mas também, em determinados casos, conciliá-la com as estruturas antiquadas da vida senhorial.

O processo de “filtragem ideológica” demonstrou ser de grande utilidade para a classe dominante e seus mandatários, pois permitia que o moderno servisse ao arcaico, e isso, em última instância, diz respeito à manutenção de estruturas e privilégios que se perpetuam e que marcam a formação da burguesia e da classe trabalhadora brasileira - portanto, é determinante na posterior configuração das lutas de classes. Observando o pano de fundo ideológico do escravismo pôde-se identificar o seu uso circunstancial - ou oportunista, como visto. Não obstante, foi necessário avançar no uso da categoria para cunhar uma nova, o “liberalismo de

61 Ver em (MAUL, 2012, p. 238)

circunstância”, elementar na tentativa de humanizar a escravidão diante da opinião pública ou, minimamente, reduzir os danos para os senhores. Fato é que a argumentação liberal extrapolou a atuação política dos escravistas e pôde ser observada também como um recurso abolicionista, marcadamente pelo acesso à cidadania. Daí a importância de reconhecer as contradições e ambiguidades da formação desse liberalismo.

Evidente que tais questões têm implicações políticas concretas, muitas vezes relegadas às suas consequências legais, restritas à institucionalidade. Como forma de contornar esse tipo de leitura, buscou-se evidenciar pelo menos três episódios de grande relevância conjuntural que auxiliaram, de uma forma ou de outra, a ascensão liberal: a Guerra do Paraguai e suas consequências catastróficas ao poder central; a crise política de 68, que marca o primeiro grande racha interno dos conservadores; e todo o processo de discussão e aprovação da Lei do Ventre Livre. Todos esses episódios indicam uma ruptura importante na forma efetiva de se fazer política no Império. Trata-se de um momento de reorganização das condições objetivas, e o cenário de fragilidade do poder Imperial e da sua base política conservadora viabilizou um importante processo de mobilização e organização política por parte da oposição, que punha em xeque não só a escravidão e o cativo, como também o próprio sistema político. Em contrapartida, visto a inevitabilidade do fim da escravidão e o cenário nebuloso para o futuro da monarquia, a classe senhorial tratou de organizar-se e garantir uma transição salvaguardada.

Esse processo de transição cautelosa, já dirigido pelas classes na disputa pela hegemonia, fez com que o escrito tomasse um sentido inverso. Optou-se por trabalhar a coexistência do trabalho livre e escravizado a partir das experiências comuns, especialmente pelo viés dos trabalhadores livres. Essa virada permite identificar parte das marcas deixadas pelo trabalho escravizado nesta classe trabalhadora em formação, além de balizar a percepção do avanço do trabalho livre no espaço urbano. Mais do que isso, tal inversão pretendeu demonstrar que as marcas deixadas pela exploração oportunizaram uma agenda de lutas comuns, com foco na abolição. Se ela era o centro das atenções, não é demais sugerir que o trabalho livre era o que se pretendia alcançar, pois, junto com ele, viriam os direitos e a cidadania. Ocorre que o liberalismo “à brasileira” é cheio de vicissitudes e nem tudo é como parece ser. Se os caminhos do escravismo têm um ponto final no ano de 1888, agora a classe trabalhadora tem uma longa luta pela frente.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luis Felipe. Proletários e escravos: Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-1872. *Novos Estudos.*, n. 21, CEBRAP, 1988.

ALENCASTRO, Luis Felipe. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-188)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARROS, José D'Assunção. *Emancipacionismo e abolicionismo: Tensões de um debate no Brasil escravista*. Revista História e Teoria das Ideias, vol. 25, 2008.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinícius; ROCAMORA, Guilherme. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan/abr, 2020.

CASTILHO, Celso. COWLING, Camila. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. *Afro-Ásia*, no.47, Salvador, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, (19), 33-62. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>. Acesso em: 30/10/2020.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flavio dos S. (orgs.) *Quase-cidadão: Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 219-240.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LOSURDO, Domenico. *Contra história do Liberalismo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

MARINGONI, Gilberto. Império de Crises. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, IPEA, Ano 8, n. 67, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini – Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUESE, Rafael Bivar. Capitalismo & escravidão e a historiografia sobre a escravidão nas Américas. *Estudos Avançados*, vol.26, no.75, São Paulo, mai/ago, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Para A Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: O fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, jan/jun, 2009.

MAUL, Rafael. *A "escravidão livre" na Corte: Escravidos moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da Abolição)*. Orientador: Marcelo Badaró Mattos. 2012. Tese (Doutorado) (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita LTDA, 1994.

NEEDELL, Jeffrey D. Percepções sobre raça nos debates abolicionistas no Brasil (1870-1888). *Revista Escritos*, Ano 4, n. 4, Rio de Janeiro, 2010.

RÉ, Henrique Antonio. Uma história da British and Foreign Antislavery Society: A instituição que internacionalizou o antiescravismo britânico. *Rev. Hist.* (São Paulo), n.176, r00617, 2017.

SALLES, Ricardo; GRINGBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II.

SALLES, Ricardo; GRINGBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. III.

SALLES, Ricardo. *A abolição revisitada: Entre continuidades e rupturas*. *Rev. Hist.* (São Paulo), no.176, São Paulo, jan, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

SOUZA, Flávia Fernandes. Vivências Diversas, Experiências Compartilhadas: algumas reflexões acerca da constituição dos espaços sociais do trabalho na cidade do Rio de Janeiro

no final do século XIX. *Revista Identidade*, XIII Encontro de História ANPUH-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Sense of colonization and Brazilian Revolution: criticism of the colonial production mode. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 205-224, maio/ago, 2017.